

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

Hoje, a crise hídrica é política — o que significa dizer não inevitável ou necessária, nem além da nossa capacidade de consertá-la — e, logo, opcional, na prática. Esse é um dos motivos para ser, não obstante, terrível como parábola climática: um recurso abundante torna-se escasso pela falta de infraestrutura, pela poluição e pela urbanização e desenvolvimento descuidados. A crise de abastecimento de água não é inevitável, mas presenciamos uma, de um modo ou de outro, e não estamos fazendo muita coisa para resolvê-la. Algumas cidades perdem mais água por vazamentos do que a que é entregue nas casas: mesmo nos Estados Unidos da América (EUA), vazamentos e roubos respondem por uma perda estimada de 16% da água doce; no Brasil, a estimativa é de 40%. Em ambos os casos, assim como por toda parte, a escassez se desenrola tão patentemente sobre o pano de fundo das desigualdades entre pobres e ricos que o drama resultante da competição pelo recurso dificilmente pode ser chamado, de fato, de competição; o jogo está tão arranjado que a escassez de água mais parece um instrumento para aprofundar a desigualdade. O resultado global é que pelo menos 2,1 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a água potável segura, e 4,5 bilhões não dispõem de saneamento.

David Wallace-Wells. **A terra inabitável**: uma história do futuro. São Paulo: Cia das Letras, 2019. (com adaptações).

Com base nas ideias veiculadas no texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, o fato de a crise hídrica mundial decorrer mais de questões políticas que de questões exclusivamente ambientais torna fácil sua solução.
- 2 No texto, os exemplos das taxas de vazamentos e roubos no abastecimento de água em cidades dos EUA e do Brasil ilustram a inação diante da crise hídrica.
- 3 Entende-se da leitura do texto que a escassez de água potável segura tanto decorre da desigualdade entre pobres e ricos quanto a acarreta.
- 4 Segundo o autor do texto, competição pressupõe igualdade entre competidores.

Em relação a aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 5 A substituição da forma verbal “têm” (último período) por **tem** preservaria a correção gramatical do texto.
- 6 A inserção de uma vírgula após “respondem” (quarto período) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 7 O vocábulo “parábola” (segundo período) está sendo usado com o sentido de **adágio**.
- 8 O acréscimo do sinal indicativo de crase no segmento “a água potável segura” (último período) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 9 A expressão “não obstante” (segundo período) evidencia o contraste estabelecido pelo autor do texto entre o fato de a crise hídrica ser “opcional” e “terrível como parábola climática”.

Text CB1A8

The idea of giving rights to animals has long been contentious, but a deeper look into the reasoning behind the philosophy reveals ideas that aren't all that radical. Animal rights advocates want to distinguish animals from inanimate objects, as they are so often considered by exploitative industries and the law. The animal rights movement strives to make the public aware of the fact that animals are sensitive, emotional, and intelligent beings who deserve dignity and respect. But first, it's important to understand what the term “animal rights” really means.

Animal rights are moral principles grounded in the belief that non-human animals deserve the ability to live as they wish, without being subjected to the desires of human beings. At the core of animal rights is autonomy, which is another way of saying choice. In many countries, human rights are enshrined to protect certain freedoms, such as the right to expression, freedom from torture, and access to democracy. Of course, these choices are constrained depending on social locations like race, class, and gender, but generally speaking, human rights safeguard the basic tenets of what makes human lives worth living. Animal rights aim to do something similar, only for non-human animals.

Animal rights come into direct opposition with animal exploitation, which includes animals used by humans for a variety of reasons, be it for food, as experimental objects, or even pets. Animal rights can also be violated when it comes to human destruction of animal habitats. This negatively impacts the ability of animals to lead full lives of their choosing.

Internet: <thehumaneleague.org > (adapted).

Considering the ideas and linguistic aspects of the text above, judge the items below.

- 10 The discussion about giving rights to animals has been prevalent lately.
- 11 Lawyers who defend animal rights claim that animals and inanimate objects are different.
- 12 We can infer from the text that even the act of eating animals may be considered infringe animal rights.
- 13 The fragment “of the fact” (third sentence of the first paragraph), can be deleted without affecting the meaning or correctness of the original text.



Internet: <www.reddit.com> (adapted).

Considering the ideas and linguistic aspects of the cartoon above, judge the following item.

- 14 The product that the company is testing on animals are sunglasses, which could make them feel more self-confident.

A respeito da gestão pública, julgue os itens a seguir.

- 15 O termo *accountability* está ligado diretamente à prestação de contas da administração pública para a sociedade, incluindo-se valores orçados e gastos na gestão governamental.
- 16 As leis orçamentárias brasileiras baseiam-se em três pilares complementares: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Créditos Adicionais (Especiais e Suplementares), que se aplicam nas esferas de governo federal, estadual, municipal e distrital.
- 17 Definem-se orçamentos participativos como processos de discussão pública sobre o orçamento de uma entidade pública, em que o gestor compartilha com os funcionários públicos subordinados, as decisões sobre a parte discricionária do orçamento público.
- 18 A Lei da OSCIP institui a quebra do monopólio do Estado, ou seja, considera que políticas e ações públicas podem ser ofertadas pela sociedade civil, deixando de ser executadas exclusivamente pelo Estado.
- 19 Na Internet, o domínio gov.br é indicado para autarquias, fundações públicas, empresas públicas e administração direta do Poder Executivo federal, porém é permitida a utilização de outros domínios.

Considerando o direito administrativo brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 20 Conforme a Lei n.º 12.527/2011, documento é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
- 21 A Lei n.º 12.527/2011 resguarda o direito de acesso a informações de qualquer resultado de inspeções e auditorias realizadas por órgão de controle interno no Ministério do Meio Ambiente.
- 22 Um servidor público submetido ao regime jurídico dado pela Lei n.º 8.112/1990 não pode receber adicional por serviço extraordinário, sendo obrigatória a sua liberação no mesmo montante de horas que tenha extrapolado sua jornada habitual.
- 23 É vedada a cobrança de qualquer valor quando do fornecimento de informações previstas pela Lei n.º 12.527/2011 a cidadão interessado.

Considerando as disposições da Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 24 Fiscalizar as concessões de exploração de recursos hídricos é da competência exclusiva dos estados e do Distrito Federal.
- 25 A Mata Atlântica é patrimônio dos estados em cujo território ela se localiza, incumbindo-lhes autorizar atividade econômica com exploração de recursos naturais nas áreas desse bioma.
- 26 Parte dos resultados da lavra de riquezas minerais em terras indígenas deve ser obrigatoriamente destinada à comunidade indígena afetada.
- 27 São princípios gerais da atividade econômica do Estado a propriedade privada, a livre concorrência e a defesa do meio ambiente.

Quanto à Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, instituída pela Lei n.º 13.153/2015, julgue os itens a seguir.

- 28 Os objetivos dessa Política incluem integrar socioambientalmente de forma sustentável a produção e o uso dos recursos hídricos, a produção e o uso da infraestrutura de captação, de armazenamento e de condução hídrica com as ações de prevenção, adaptação e de combate à desertificação e à degradação da terra.
- 29 Zonas afetadas por desertificação são aquelas localizadas no perímetro do MATOPIBA e afetadas ou vulneráveis às ações antrópicas situadas em zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas.

No que diz respeito à Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), julgue os próximos itens.

- 30 A PNSB tem como um dos seus fundamentos a informação e o estímulo à participação direta ou indireta da população nas ações preventivas e emergenciais, incluídos a elaboração e a implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) e o acesso ao seu conteúdo, ressalvadas as informações de caráter pessoal.
- 31 A PNSB tem como principal objetivo estabelecer parâmetros seguros para a responsabilização civil, penal e administrativa das pessoas físicas envolvidas na prática de atividades lesivas ao meio ambiente que coloquem em risco a segurança das populações humanas, prevendo, para tanto, medidas que propiciam os meios adequados para que a persecução penal transcorra de forma célere e eficaz.

Sabendo que a Lei n.º 13.123/2015 dispõe sobre bens, direitos e obrigações relativos ao patrimônio genético do Brasil, ao conhecimento a ele associado, bem como ao acesso à tecnologia e à transferência tecnológica para a conservação e utilização da diversidade biológica, julgue os itens que se seguem.

- 32** O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) é um órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal responsável por coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios.
- 33** O acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado dentro do país realizado por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada, assim como o envio de amostra que contenha patrimônio genético por pessoa jurídica nacional, pública ou privada, para prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico são atividades que necessitam de cadastramento.

Considerando o disposto na Lei n.º 11.794/2008, julgue os itens a seguir.

- 34** Experimentos que possam causar dor ou angústia devem ser desenvolvidos sob sedação, analgesia ou anestesia adequadas e os experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia só poderão ser realizados com o uso de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.
- 35** Ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal compete formular e zelar pelo cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica, mas não monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa.

Considerando o exercício da cidadania, o Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto n.º 1.171/1994), as regras relativas aos impedimentos posteriores ao exercício do cargo público (Lei n.º 12.813/2013) e aos atos de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992) e o regime disciplinar previsto na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 36** A sanção disciplinar prevista na Lei n.º 8.112/1990 para a prática de manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição é a de advertência, em regra.
- 37** Ao servidor público é assegurado o exercício dos direitos políticos positivo e passivo como expressão dos direitos da cidadania.
- 38** O Código de Ética Profissional do Serviço Público utiliza conceito restrito de servidor público, aplicando-se apenas aos submetidos ao Regime Jurídico Único do Servidor Público.
- 39** Constitui ato de conflito de interesse, mesmo decorridos seis meses da aposentadoria, utilizar-se de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas no cargo no âmbito do Poder Executivo federal.
- 40** A perda da função pública como sanção pela prática de ato de improbidade, em regra, aplica-se aos atos que atentam contra os princípios da administração pública.

Espaço livre